

NEM TUDO O QUE LUZ É OURO NAS RELAÇÕES ESCOLA-FAMÍLIA

(Texto a incluir como prefácio a um livro coordenado por Pedro Silva sobre Relações Escola-Família, que reúne os artigos publicados na Revista Interações, nº 2)

Ramiro Marques

As escolas portuguesas e as vidas dos professores, alunos e famílias dos alunos estão a ser sacudidas por uma produção legislativa cujos efeitos estão ainda por apurar e avaliar, mas que estão a mudar as percepções que as famílias dos alunos têm dos professores e as percepções que os professores têm da sua profissão. A profissão docente está a mudar e a percepção que os professores têm da sua profissão e do seu estatuto está a atravessar uma profunda crise manifesta em descrença e vitimização.

A retórica dos benefícios do envolvimento parental nas escolas e no processo educativo dos alunos chegou tarde a Portugal (princípios da década de 80 do século passado), mas tem vindo a ganhar um peso crescente na configuração das novas políticas educativas. O novo estatuto da carreira docente dos educadores e dos professores dos ensinos básico e secundário (ECD) revela o peso dessa retórica, nomeadamente ao permitir que as famílias dos alunos participam no processo de avaliação do desempenho dos professores, ainda que essa participação seja meramente simbólica. As novas funções que o novo ECD acrescenta às funções tradicionais dos professores (nomeadamente, assegurar as aulas de substituição, os complementos educativos e a ocupação dos tempos livres dos alunos) são uma resposta do poder político à crescente pressão do movimento associativo dos pais que, como é sabido, tem procurado que algumas funções tradicionalmente exercidas pelas famílias passem a ser exercidas pelas escolas. A retórica política oficial acentua mesmo o conceito de “escola a tempo inteiro”! Como se fosse possível e aconselhável manter as crianças nos espaços

escolares todo o dia, em actividades estruturadas e formais, sob a dependência directa e a orientação de professores! Sendo um conceito absurdo e perigoso, a “escola a tempo inteiro” mereceria longos parágrafos, mas a economia deste texto impede-me de o aprofundar. Registo apenas a sua perigosidade!!!

Há até quem diga, em tom jocoso e certamente exagerado, que o novo ECD está a transformar os professores em empregados domésticos dos pais. Sendo um exagero, essa afirmação reflecte, em parte, a realidade dramática da crescente assunção de responsabilidades e funções por parte dos professores, que há muito viram acrescentar às funções tradicionais de planificação, ensino e avaliação, novas e crescentes funções de carácter social e de apoio à família.

Essa pressão e esse movimento resultam, sem dúvida, das alterações ocorridas na estrutura das famílias e no mercado de trabalho. Com efeito, Portugal é um dos países da União Europeia com uma maior taxa de emprego feminino e onde as mulheres, sobretudo as jovens mães, trabalham mais horas por dia. Na ausência de sistemas mais flexíveis no mercado de trabalho e de apoios estatais à natalidade e à maternidade, têm sido as escolas e os professores a assumirem e a responsabilizarem-se pelas deficiências e problemas da sociedade e das famílias e pela ausência de políticas públicas amigas das famílias e das crianças. Falta saber se a assunção das novas funções de apoio às famílias, por serem tão exigentes e aumentarem, em demasia, a carga de trabalho e de responsabilidade dos professores, não estão a provocar efeitos nefastos na qualidade do exercício das funções de planificação, ensino e avaliação. Os fenómenos de exaustão, *burn out*, *stresse* e ansiedade estão a afectar os professores mais do que quaisquer outros profissionais (Pereira, Silva, Castelo-Branco e Latino, 2003) e estão aí para demonstrar os efeitos nefastos dessas políticas.

A primeira vaga de estudos sobre as relações escola-família, ocorrida na década de 80 do século passado, fortemente influenciada por Don Davies (1989) e a sua equipa de investigadores, acentuou a retórica dos benefícios do envolvimento parental nas escolas (Davies, Marques e Silva, 1993). De acordo com esses estudos, todos beneficiavam: os alunos tinham melhor desempenho, os professores mais apoio e reconhecimento social e as famílias um conhecimento melhor do processo educativo. Esses estudos acentuaram um conjunto de benefícios que, mais tarde, na década de 90, viriam a ser problematizados em estudos de tipo sociológico, que tiveram como objectivo identificar alguns efeitos perversos do envolvimento parental e em que medida esses benefícios podem, em alguns casos, ser apropriados pelas famílias da classe média e alta, em desfavor das famílias afastadas da cultura escolar (Silva 1993, 1996, 1999 e 2003).

A partir da década de 90, alguns estudos vieram mostrar que nem todas as famílias e nem todos os alunos eram igualmente beneficiados pelo envolvimento parental nas escolas (Silva, 1993). Alguns estudos mostraram mesmo que as classes média e alta controlavam uma parte significativa das associações de pais e usavam, em alguns casos, o poder de participação na tomada de decisões a favor dos seus próprios filhos, ajudando a moldar a estrutura e as práticas das escolas, no sentido de manter as desigualdades escolares (Silva, 2003). Outros estudos mostraram que nem todas as práticas de envolvimento parental nas escolas produziam efeitos positivos no desempenho escolar dos alunos (Marques, 1998). Por exemplo, as práticas de envolvimento parental do tipo “participação na tomada de decisões” têm um impacto reduzido na melhoria do desempenho dos alunos, até porque as famílias dos alunos oriundos de famílias afastadas da cultura escolar participam pouco nos processos deliberativos (Marques, 1998). Por outro lado, as práticas de envolvimento das famílias no apoio ao

estudo em casa produzem efeitos positivos no desempenho dos alunos, mas essas práticas suscitam um problema: as famílias mais afastadas da cultura escolar nem sempre possuem as competências para o fazer (Henriques, 2006). Daí que certas práticas de envolvimento, nomeadamente quando não há o cuidado de criar respostas para os pais de mais baixos rendimentos, possam acentuar as desigualdades, em vez de promoverem o sucesso educativo de todos.

Resulta desta problematização que o envolvimento parental nas escolas não é uma panaceia, nem tão pouco é sempre um instrumento de promoção do sucesso educativo para todos. Pode até ter efeitos perversos se não for bem implementado e se não tiver a preocupação de atender às necessidades educativas dos alunos de mais baixos rendimentos. E esses efeitos podem traduzir-se no acentuar das desigualdades escolares.

O estudo de Diogo (2006), inserido neste livro, mostra como a condição de classe e a localização geográfica contribuem para influenciar a oferta e a procura educativa. E o estudo de Faria (2006), igualmente inserido neste volume, mostra também, como as famílias dos alunos negociam a sua intervenção nos processos de decisão. Diferentes famílias utilizam diferentes processos de negociação e as famílias mais próximas da cultura escolar revelam possuir técnicas de negociação mais favoráveis do que as famílias que estão afastadas da cultura escolar. E o estudo de Henriques (2006) evidencia a forma como se potenciam e se reforçam as desigualdades escolares em torno dos trabalhos de casa e a forma como as famílias da classe média se envolvem activamente nesse processo. Veja-se a esse propósito o volume de negócios que gira em torno do mercado de “apoio ao processo educativo dos alunos realizado fora da escola” e como as famílias das classes média e alta usam esse mercado em seu favor. De notar, ainda, a problemática dos pais-professores, levantada pelo estudo de Silva (2006), que sugere que os pais-

professores constituem um grupo privilegiado para desempenhar o papel de pais-parceiros, sendo aqueles que melhor interpretam a atitude pró-activa dos encarregados de educação no processo de reconfiguração da relação escola-família.

Importa, ainda, levantar outra questão importante resultante do envolvimento parental nas escolas. Será legítimo que as famílias dos alunos exerçam pressão no sentido de moldarem as práticas pedagógicas e os processos de avaliação dos professores? Ou será que a área pedagógica e didáctica, por ser uma área técnica, deve estar vedada à influência parental? Onde começa e acaba a autonomia técnica do professor? Esta questão prende-se com a definição exacta do conceito de pais-parceiros e com a noção de parceria educativa. Até onde é que a parceria pode ir? A este propósito podemos estar perante um amplo leque de práticas de parceria: práticas de comunicação, práticas de participação nos órgãos escolares, práticas de colaboração em actividades educativas fora da sala de aula, práticas de colaboração em actividades educativas na sala de aula, práticas de apoio ao estudo em casa e outras. Sendo certo que os benefícios das práticas de comunicação, de colaboração em actividades educativas fora da sala de aula e de apoio ao estudo não oferecem quaisquer dúvidas, já as práticas de participação das famílias nos órgãos escolares não são aceites, de forma pacífica, por todos. Em que órgãos escolares devem as famílias participar? Em todos? Só em alguns? Quais? Será legítimo que as famílias participem no conselho pedagógico, sendo este um órgão eminentemente técnico? Será legítimo que participem nos conselhos de turma onde se tratam de questões de avaliação?

Como se vê, a área das relações escola-família suscita muitos problemas e está aberta a uma grande discussão. Contudo, esses problemas não impedem que se reconheçam os benefícios que os bons programas de envolvimento parental podem gerar.

Será que os efeitos perversos do envolvimento parental, nomeadamente das práticas de participação nos processos deliberativos, são de tal ordem que invalidam os benefícios que os estudos realizados na década de 80 do século passado registaram? Sendo uma questão complexa, a exigir novos estudos, importa referir que é possível criar programas de envolvimento parental dirigidos a famílias de alunos afastadas da cultura escolar capazes de gerar benefícios ao nível do desempenho e da integração dos alunos. Importa, igualmente, recentrar o olhar dos investigadores e dos decisores políticos nas formas como as escolas se tornam difíceis de alcançar por certas famílias. E essas formas são variadas: ausência de espaços condignos para receber os pais dos alunos, linguagem dos professores inadequada, atitudes dos professores pouco amigas dos pais, horários de atendimento e de reuniões que impedem os pais de participar, etc.). Se isso for feito, isto é, se as escolas se reorganizarem no sentido de serem mais respondentes às necessidades das famílias afastadas da cultura escolar, será possível potenciar os benefícios do envolvimento parental. No caso de se persistir em programas de envolvimento vocacionados para a promoção da participação das famílias das classes média e alta nos processos decisórios, será difícil impedir que os efeitos perversos se façam manifestar.

Referências

Davies, D. e tal. (1989). *As escolas e as famílias em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte

Davies, D., Marques, R. e Silva, P. (1990). *Escolas e Famílias: A colaboração possível*. Lisboa: Livros Horizonte

Diogo, A. (2006). "Dinâmicas familiares e investimento na escola à saída do ensino obrigatório". In *Interações*, 2, Escola Superior de Educação de Santarém

Faria, S. (2006). "O envolvimento familiar no processo de decisão dos jovens à saída do 9º ano". In *Interações*, 2, Escola Superior de Educação de Santarém

Henriques, M. (2006). "Trabalhos de casa na escola do 1º ciclo da Luz: Estudo de caso". In *Interações*, 2, Escola Superior de Educação de Santarém

Marques, R. (1998). *Professores, famílias e projecto educativo*. Porto: Edições Asa

Pereira, A., Silva, C., Castelo-Branco, M. e Latino, M. (2003). Stress and teaching ability. In *24 th International Conference Stress and Anxiety*. Lisboa: Universidade Lusófona

Silva, P. (1993). "Escola-Família: Uma relação armadilhada?" In *Ensaio de Educação Participada*, nº 11, ESE, Instituto Politécnico de Santarém

Silva, P. (1996). "Escola-família, uma relação entre culturas". In L. Barbeiro e R. Vieira (Orgs.). *A criança, a família e a escola: Vamos brincar? Vamos aprender?*. Leiria: Escola Superior de Educação, 21-30

Silva, P. (1999). Escola-família: o 25 de Abril e os paradoxos de uma relação" *Educação, Sociedade e Culturas*, 11, 83-108

Silva, P. (2002). "Escola-família: Tensões e potencialidades de uma relação". In Lima, J. (Org.). *Pais e professores: Um desafio à cooperação*. Porto: Edições Asa

Silva, P. (2003). *Escola-família: Uma relação armadilhada*. Porto: Edições Afrontamento

Silva, P. (2006). "Pais-professores: Reflexões em torno de um estranho objecto de estudo". In *Interacções*, 2, Escola Superior de Educação de Santarém